CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MS 306 S.A.

CNPJ nº 36.128.741/0001-08 - NIRE 54.300.006.475

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **PERFIL DA COMPANHIA:** A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020. A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 ("Edital"), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão ("Rodovia e "Concessão"); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020. A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da tarifa de pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia). Atualmente, a Companhia opera três praças de pedágio localizadas ao longo da rodovia MS 306 sob concessão com as seguintes características:

Nome Praça	localização	Tarifa (R$)
COSTA RICA - MS - PRAÇA - 01	MS 306 - km 40+300	11,80
CHAPADÃO DO SUL - MS - PRAÇA - 02	MS 306 - km 100+600	11,80
CASSILÂNDIA - MS - PRAÇA - 03	MS 306 - km 184+600	11,80

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS: Os investimentos realizados pela empresa em 2023 totalizaram R$ 220.839 milhões de reais. Principais investimentos realizados em 2023 na concessão foram: • Implantação do anel viário totalizando R$ 38.346 milhões. • Implantação de novos acostamentos totalizando R$ 41.397 milhões. • Implantação e melhorias de interseções em nível km18, km34, km42, km115, km51 totalizando R$11.087 milhões. • Recuperação do pavimento em área totalizando R$ 53.793 milhões. • Implantação de terceira faixa totalizando R$ 7.847 milhões. • Obras de melhorias operacionais totalizando R$ 15.682 milhões. **ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS:** Em 2023 foram atendidos na rodovia, com a prestação dos seguintes serviços gratuitos ao usuário: 7.888 socorros mecânico, 378 socorros médico/pré-hospitalar, 8.183 inspeções de tráfego, 19 combates a incêndios, 2.343 remoções de veículos e 15 apreensões/remoções de animais, por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão da MS-306 sob concessão (219,5 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano. Para essas atividades foram gerados 192 empregos diretos e mais de 365 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lindeiras (gerando de emprego e pagamento de impostos em especial o I.S.S. QN). **DESTAQUES DO ANO 2023 - Implantação do Anel Viário:** Início das obras de implantação do anel viário de Chapadão do Sul, com extensão de 9,2 quilômetros de pavimentação e com previsão de conclusão até o final do primeiro semestre de 2024. **Projeto Conectividade 4.0.:** O projeto em parceria com a TIM, visa proporcionar conectividade para as rodovias do Mato Grosso do sul, nos trechos sob concessão do Grupo Way Brasil. Este projeto está proporcionando de forma significativa o uso e acesso a tecnologias de informação e comunicação nas vias urbanas lindeiras e na rodovia, trazendo segurança para os usuários. **Início da cobrança de eixos suspensos:** Amparada pela Portaria da AGEMS 245 de 11/05/2023, a Way306 iniciou a cobrança de eixos suspensos de forma eletrônica, verificando o manifesto de documento fiscal (MDF-e) em aberto, que passarem ao longo da rodovia MS-306. Essa medida visa coibir a prática indevida da suspensão dos eixos dos veículos comerciais que estejam transportando qualquer tipo de mercadoria. **PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024:** Conclusão das Obras do contorno de Chapadão do Sul; Conclusão das obras dos Dispositivos em nível dos Kms 34, 42 e 51; Conclusão da adequação ao TB45 das Pontes do KM 047+425 (Ponte Sobre o Rio Sucuriú); Conclusão da adequação ao TB45 das Pontes do KM 0062+445 (Ponte Sobre o Córrego Lage); Conclusão da adequação ao TB45 das Pontes do KM 0069+890 (Ponte Sobre o Córrego São Luis); Conclusão das obras de implantação de acostamento ao longa da rodovia MS 306.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Receita Operacional	31/12/2023	31/12/2022	Var%
Receitas de pedágio	139.903	112.004	25%
Receitas com construção e infraestrutura	214.761	111.588	92%
Outras receitas	143	136	5 %
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	-	(32)	-
(-) ISS	(6.995)	(5.600)	25%
(-) PIS	(910)	(697)	31%
(-) Cofins	(4.197)	(3.217)	30%
Total	**342.705**	**214.182**	**60%**

Receita de pedágio: A receita de pedágio teve um aumento de 25% em comparação ao ano anterior, devido as melhores condições de trafegabilidade da rodovia, fruto dos investimentos ora realizados, safra de grãos recorde no período, ocasionando num maior volume de transporte e ainda a cobrança de eixos suspensos de forma eletrônica a partir de maio 2023 eliminando fraudes dessa natureza. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio, pós-pagos e pedágio eletrônico (A.V.I), são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços. **Receita de construção:** A receita de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível, registrou aumento de 92% em comparação com o período anterior, influenciado por maior volume de obras previstos em nosso contrato de concessão. A contrapartida desta receita de igual valor está contabilizada como custo de construção.

Custos e despesas e administrativas

Custos e despesas administrativas	31/12/2023	31/12/2022	Var.%
Pessoal	(12.560)	(11.606)	8 %
Serviços de terceiros	(10.583)	(10.183)	4 %
Seguros e garantias	(879)	(708)	24%
Custos contratuais da concessão	(1.736)	(1.636)	6 %
Verba da polícia rodoviária federal	(782)	(714)	10%
Materiais/equipamentos/veículos	(3.931)	(3.490)	13%
Provisão para manutenção	(31.339)	(2.645)	1085%
Depreciação/amortização	(33.074)	(27.151)	22%
Provisão para contingências	(110)	-	100%
Custos com construção e infraestrutura	(214.761)	(111.588)	92%
Outros	(1.657)	(1.744)	-5%
Total	(311.412)	(171.465)	82%

Comentamos as principais variações de custos e despesas do exercício: **Pessoal:** O aumento de 8% em custo de pessoal, deve-se a adequação da base salarial pela inflação medida no período, além de ajustes salariais e promoções decorrente da análise de mérito de pessoal, dentro da perspectiva orçamentária global da Way 306. **Seguros e Garantias:** Os seguros tiveram um acréscimo de 24% em relação ao ano anterior, devido ao aumento da frota de veículos, e aumento das Obras. **Provisão para Manutenção:** No ano de 2023, foi efetuada a revisão da provisão de manutenção da companhia, de acordo com a evolução das obras concluídas gerando um acréscimo de R$ 28,7 milhões na provisão. A constituição da provisão para manutenção da rodovia é para fazer frente a cada item a serem recuperados de acordo com a programação da engenharia da Companhia, e terão os desembolsos previstos a partir de 2025. **Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização apresenta um aumento de 22% em relação ao ano anterior, devido a Amortização de Intangível transferido para operação e a amortização do direito de outorga. **Custos com construção e infraestrutura:** O aumento de 92% em 31 de dezembro de 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se ao aumento do volume de obras programadas para o exercício.

Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022	Var.%
Rendimento de aplicações financeiras	10.056	17.294	-42%
Descontos obtidos	27	25	8 %
Receita financeira - AVP	21.858	7.956	175%
Outras receitas financeiras	106	115	-8%
Total das receitas financeiras	**32.047**	**25.390**	26%
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(487)	(824)	-41%
Despesas financeiras	(1.188)	(766)	55%
Juros sobre debêntures	(10.056)	(14.397)	-30%
Custo de transação	(32)	(3)	967%
Atualização outorga fixa	(2.625)	(2.115)	24%
Despesa financeira - AVP	(24.328)	(8.226)	196%
Juros sobre empréstimos	(39)	(3)	1200%
Total das despesas financeiras	**(38.755)**	**(26.334)**	**47%**
Resultado financeiro líquido	**(6.708)**	**(944)**	**611%**

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2023, comparado com 2022, teve um aumento de 611%, em seu saldo negativo, devido redução de rendimentos de aplicações financeiras e maior valor de despesas financeira decorrentes de ajustes a valor presente.

EBITDA	31/12/2023	31/12/2022
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	16.214	27.794
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.371	13.978
Resultado financeiro	6.708	944
Provisão para manutenção	31.339	2.645
Depreciações e amortizações	33.074	27.151
EBITDA (a)	95.706	72.512

(a) O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. **AGRADECIMENTOS:** A administração da Concessionária de Rodovias MS 306 S.A. registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto. Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.212	112.358
Operações a receber	7	10.221	6.562
Contas a receber partes relacionadas	17	374	506
Despesas antecipadas	8	625	309
Impostos a recuperar	9	5.841	3.916
Outras contas a receber	-	269	187
Total do ativo circulante		**41.542**	**123.838**
Ativo não circulante			
Imobilizado	10	7.975	10.791
Intangível	11	833.722	628.139
Total do ativo não circulante		**841.697**	**638.930**
Total do ativo		**883.239**	**762.768**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	179	83
Debêntures	19	795	504
Fornecedores e outras contas a pagar	13	35.141	7.214
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	1.144	982
Obrigações fiscais	15	2.210	1.326
Direito de outorga concessão	11	11.434	10.951
Obrigações com o poder concedente	16	322	300
Total do passivo circulante		**51.225**	**21.360**
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	16.564	8.323
Empréstimos e financiamentos	18	179	14
Debêntures	19	361.756	342.377
Direito de outorga concessão	11	234.074	221.296
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	78	59
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	36.838	3.028
Total do passivo não circulante		**649.489**	**575.097**
Patrimônio líquido	**22**		
Capital social	-	146.010	146.010
Reserva legal	-	1.827	1.016
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	34.688	19.285
Total do patrimônio líquido		**182.525**	**166.311**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**883.239**	**762.768**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	23	127.801	102.458
Receitas com construção e infraestrutura	23	214.761	111.588
Receitas extraordinárias	23	143	136
Custos com construção e infraestrutura	24	(214.761)	(111.588)
Custos dos serviços prestados	24	(64.854)	(30.135)
Resultado bruto		63.090	72.459
Despesas gerais e administrativas	24	(31.797)	(29.742)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		31.293	42.717
Resultado financeiro	25	(6.708)	(944)
Lucro líquido antes dos impostos		24.585	41.773
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(130)	(1.702)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(8.241)	(12.276)
Resultado líquido do exercício		16.214	27.795

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes - para os exercícios findos em 31 de dzembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	16.214	27.795
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	16.214	27.795

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva Legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º janeiro 2022	146.010	(7.494)	-	-	138.516
Resultado líquido do exercício	-	27.795	-	-	27.795
Reserva Legal	-	(1.016)	1.016	-	-
Destinação do resultado	-	(19.285)	-	19.285	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	146.010	-	1.016	19.285	166.311
Saldos em 1º janeiro 2023	146.010	-	1.016	19.285	166.311
Resultado líquido do exercício	-	16.214	-	-	16.214
Reserva Legal	-	(811)	811	-	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	(15.403)	-	15.403	-
Saldos em 31 de dezembro 2023	146.010	-	1.827	34.688	182.525

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	16.214	27.795
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações do imobilizado	2.113	1.867
Amortização do intangível	30.961	25.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.241	12.276
Baixas liquidas do imobilizado	2.250	157
Baixas liquidas do intangível	6.153	-
Juros de debêntures	39.598	42.968
Custos de transação com financiamentos	2.372	2.354
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	39	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	19	-
Atualização outorga fixa	2.624	-
Provisão para manutenção em rodovias	33.810	2.914
Aumento líquido (redução) dos ativos operacionais		
Estoques	-	4
Operações a receber	(3.659)	(896)
Contas a receber partes relacionadas	132	(506)
Despesas antecipadas	(316)	(95)
Outras contas a receber	(82)	180
Impostos a recuperar	(1.925)	(2.138)
Aumento líquido (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	27.927	(12.863)
Obrigações trabalhistas e sociais	162	80
Obrigações fiscais	884	(12)
Outras contas a pagar	22	2.132
Pagamento outorga fixa concessão	(11.221)	(10.779)
Pagamento de juros debêntures	(22.300)	(21.464)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	134.018	69.258
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.547)	(5.248)
Adições ao intangível	(220.839)	(111.636)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(222.386)	(116.884)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento	491	124
Pagamento de empréstimos e financiamento	(216)	(27)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamento	(53)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	222	97
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(88.146)	(47.529)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.358	159.887
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.212	112.358
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(88.146)	(47.529)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Prestação de serviços	139.903	111.973
Receita dos serviços de construção	214.761	111.588
Outras receitas	12	6
	354.676	223.567
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(44.646)	(15.338)
Custos dos serviços de construção	(214.761)	(111.588)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.210)	(5.415)
	(265.617)	(132.341)
Valor adicionado bruto	89.059	91.226
Depreciações e amortizações	(33.074)	(27.151)
Valor adicionado líquido produzido	55.985	64.075
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	31.691	24.697
	31.691	24.697
Valor adicionado total a distribuir	87.676	88.772
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	7.596	6.998
Benefícios	2.343	2.209
FGTS	553	511
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	15.399	19.635
Estaduais	74	59
Municipais	6.995	5.600
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	38.268	25.510
Aluguéis	234	455
Remuneração de capitais próprios		
Resultado líquido do exercício	16.214	27.795
	87.676	88.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. ("Companhia") é uma Companhia Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020. A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 ("Edital"), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão ("Rodovia e "Concessão"); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020. A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER). O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: • Pela presença do interesse público, devidamente justificado; • Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e • Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado. Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração. Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em três frentes: • Frente de melhorias operacionais; • Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e • Frente de serviços operacionais. Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato. Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: Pagamento de direito de outorga no valor total de R$ 605.306, dos quais R$ 115.008 foram pagos à vista e o saldo devedor em 29 parcelas anuais, reajustadas pela variação do IPCA a partir de 2021. Apesar de não possuir compromisso contratual de registro simples na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes de Governança Corporativa da CVM.

2. Base de preparação: As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 21 de fevereiro de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado; • **Nota Explicativa nº 11** – Intangível; e • **Nota Explicativa nº 12** – Ativos e passivos fiscais diferidos.

5. Principais políticas contábeis - Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida serão testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – "Contratos de Concessão", não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário prestar serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Esse direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nessa circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.**Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1) –** O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 10). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **Gastos subsequentes:** Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base no prazo de concessão. A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável. **Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e • Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)	
Computadores e periféricos	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

Ativos financeiros – não derivativos: Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: **i)** Novos critérios de classificação de ativos financeiros; **ii)** Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **iii)** Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está abaixo do registrado (*impaired*), um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. **Provisões gerais:** As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção – contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos serão capitalizados durante a fase de construção. **Receita operacional - Receita de pedágio:** A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e